



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 6ª Ordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 19/3/24		
Horário de início: 13h46min		Horário de encerramento: 13h57min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Fernanda Pereira Altoé, que registrou a presença remota dos vereadores Irlan Melo, Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Ramon Bibiano da Casa de Apoio, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação das atas das 4ª e 5ª reuniões ordinárias e da 1ª Reunião Extraordinária, realizadas, respectivamente, em 5, 12 e 7/3/24.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 700/23 - "Altera o art. 1º da Lei nº 8.640/03, que 'Dispõe sobre segurança no trânsito em frente a estabelecimento de ensino público e privado". Autoria: Sérgio Fernando Pinho Tavares.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

2) Projeto de Lei nº 725/23 - “Altera a Lei nº 8.565/03 que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências”. Autoria: Miltinho CGE.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

EM PRIMEIRO TURNO: 3) Projeto de Lei nº 843/24 - “Dispõe sobre a política municipal de proteção às famílias ameaçadas de despejo nas áreas do Município que menciona”. Autoria: Cida Falabella, Iza Lourença e Pedro Patrus.

Aprovado, com voto contrário da presidenta, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

4) Projeto de Lei nº 846/24 - “Institui o Selo Quebra-Cabeça, para identificar sociedades empresárias que adotam medidas de inclusão profissional de pessoa autista ou de seus pais, cônjuge ou responsável legal”. Autoria: Irlan Melo.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Resolução nº 848/24 - “Dispõe sobre a sustação parcial de contrato administrativo, em uso da prerrogativa prevista no art. 71, §1º, da CF/88”. Autoria: Braulio Lara, Bruno Pedralva, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Pedro Patrus e Sérgio Fernando Pinho Tavares.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informação por escrito, apresentada pelo relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio.

6) Projeto de Lei nº 855/24 - “Institui o ‘Programa Leandro Lo - Jiu Jitsu na Escola’ no Município de Belo Horizonte”. Autoria: César Gordin.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

EM REDAÇÃO FINAL: foram aprovados, por unanimidade, os pareceres de redação final aos seguintes projetos: 7) Projeto de Resolução nº 739/23 - “Institui o Banco de Ideias Legislativas no Portal da CMBH”. Autoria: Fernando Luiz; 8) Projeto de Lei nº 747/23 - “Altera a Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à administração direta e dá outras providências”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 34, de 29/9/23; 9) Projeto de Lei nº 808/23 - “Dá o nome de Joaquim Gonçalves de Souza à Rua R, no Bairro Mariano Abreu”. Autoria: Bruno Pedralva.

EM TURNO ÚNICO: 10) Projeto de Lei nº 813/23 - “Dá o nome de Praça Wilson de Moraes Santos a Praça Salerno, no Bairro Aparecida”. Autoria: Marcos Crispim.

Aprovado, com voto contrário da presidenta, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

11) Projeto de Lei nº 850/24 - “Altera a Lei nº 11.397/22, que consolida



Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidenta desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: 19/3/24
Comunicação de aprovação:
Presidenta/Presidente